



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES E DESAFIOS DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

JOÃO RENATO SOUZA CINTRA

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES E DESAFIOS DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

João Renato Souza Cintra

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES E DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Anderson Ribeiro – Orientador

João Renato Souza Cintra

EPÍGRAFE

“O que concerne a todos, deve ser decidido por todos.”

Leonardo Boff

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico tem se mostrado um documento orientador do trabalho na escola, na busca por uma qualidade do ensino/aprendizagem. Todavia, o sucesso está vinculado à gestão democrática, onde a participação coletiva para sua construção, execução e avaliação são essenciais. Este trabalho teve como objetivo principal, refletir sobre a gestão democrática na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da atual administração da Escola Municipal “Despertar o Saber”, localizada no município de Divinópolis, MG. Desenvolveu-se a reflexão apresentada com base em uma pesquisa bibliográfica e na legislação pertinente. Diante do Projeto Político Pedagógico proposto da referida escola, percebe-se que, muitas vezes, não são desenvolvidos processos democráticos, no que diz respeito à sua elaboração, realização e avaliação, principalmente no que se refere à participação extra-escolar, dificultando a concretização de uma gestão democrática participativa. Cabe ressaltar a necessidade de que todos envolvidos estejam conscientes como cidadãos, para que assim, a democracia seja exercida. É preciso que se edifiquem os espaços para o diálogo, onde todos devem se comprometer, promovendo, desta forma, um trabalho coletivo, onde a qualidade do ensino/aprendizagem é o propósito fundamental.

Palavras-chave: participação coletiva, ensino/aprendizagem de qualidade, gestão democrática da educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES E DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	08
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS.....	13
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	15

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que orienta o trabalho na escola, pois reflete ações para o futuro com base em sua realidade histórica e atual. De acordo com Vasconcelos (2004), o Projeto Político Pedagógico pode ser definido como:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (Vasconcelos, 2004, p. 169).

Os processos que envolvem o Projeto Político Pedagógico, como de elaboração, execução e avaliação, necessitam de uma participação coletiva da comunidade escolar. Dentre os participantes, especificam-se: equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, pais, familiares e comunidade local.

A própria denominação: Projeto Político Pedagógico sugere uma ação coletiva, tendo a escola como instrumento articulador dos interesses coletivos. Assim as ações objetivadas pela escola, as tomadas de decisões que nela acontecem e o próprio fazer pedagógico do professor requerem diálogo, discussão e posicionamento político com todos os envolvidos no processo educacional. (BIÁZZIO e LIMA, 2009, p. 2).

Justifica-se a pertinência deste tema por compreender que o Projeto Político Pedagógico e a gestão democrática estão necessariamente, vinculados, almejando-se assim, um ensino/aprendizagem de qualidade.

Este trabalho teve como objetivo central: refletir sobre a gestão democrática na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da atual administração da Escola Municipal “Despertar o Saber”, localizada no município de Divinópolis, MG. Em específico, constituem-se os objetivos:

- Explicitar e compreender as bases conceituais que estabelecem o Projeto Político Pedagógico no âmbito da escola.
- Conferir a importância do coletivo, de uma forma geral, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

- Analisar a participação dos membros da Escola Municipal “Despertar o Saber” na elaboração, execução e avaliação de seu Projeto Político Pedagógico e as consequências dessa participação.

Desenvolveu-se a reflexão apresentada com base em uma pesquisa bibliográfica e na legislação pertinente. As fontes consultadas abrangeram livros, revistas especializadas e documentos, os quais ofereceram meios satisfatórios que auxiliaram na análise do tema. Para concepção da análise crítica, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Despertar o Saber” foi a principal fonte, visto que, o propósito do estudo foi versar sobre a importância e influência da gestão democrática na elaboração, execução e avaliação do projeto da referida escola.

1. PROJETO POLÍTICO-PEGADÓGICO: REFLEXÕES E DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Projeto Político Pedagógico é um projeto na medida em que projetar significa lançar para diante, buscar um rumo, uma direção, romper com o presente, planejando o futuro (VEIGA, 2008). É político-pedagógico na medida em que seja uma ação intencional, com um compromisso definido e um compromisso com a formação do indivíduo para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2008). É uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000).

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2008, p. 13).

O Projeto Político Pedagógico tem sua fundamentação legal na Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394/96, decretando uma prescrição legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborá-lo, executá-lo e avaliá-lo. Em seu artigo 12, inciso I, a LDB prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL.LDBN 9394, 1996).

Assim sendo, o Projeto Político Pedagógico não é unificado, já que cada Unidade Escolar tem sua particularidade. Por conseguinte, vai além de um simples agrupamento de planos, porque é construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educacional (VEIGA, 2008).

A construção do Projeto Político Pedagógico requer o envolvimento e o comprometimento de toda comunidade escolar: corpo diretivo, coordenadores, orientadores, professores, funcionários, alunos, pais e a comunidade local. No entanto, produzir um projeto em grupo, que descreva o presente e indique o futuro, requer organização e empenho de todos envolvidos.

A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades. Para que a escola seja espaço e tempo de inovação e investigação e se torne autônoma é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação. (VEIGA, 2009, p. 165).

Os conceitos e filosofia da Escola Municipal “Despertar o Saber” apresentavam-se muito favoráveis à implantação de um Projeto Político Pedagógico. Constatou-se que a escola tem como objetivo oferecer a construção do conhecimento e vivência de valores, empregando métodos dinâmicos, sem deixar de ser tradicionais. Percebe-se que a proposta pedagógica da escola preocupa-se com a formação acadêmica, adequando-se ao preparo do indivíduo para assumir sua cidadania.

Neste contexto, não caberia à escola uma construção e execução autoritária e hierárquica de um Projeto Político Pedagógico. Entende-se que na escola, pode-se haver a formação completa de cidadãos, através de um trabalho pedagógico. É necessário considerar a realidade da comunidade escolar por meio de sua participação.

É claro que o aumento da autonomia da escola e a democratização de sua gestão compõem, atualmente, exigências histórico-sociais. É preciso que se permita e se estimule a atuação da população no processo de encaminhamento e tomada de decisões.

A autonomia deverá ser um processo que procura democratizar a prática pedagógica, permitindo a participação de toda comunidade escolar; participação essa nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro, de

caráter consultivo, deliberativo e normativo. Essa prática que, ao dinamizar os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, num projeto totalizador e solidário, possa contribuir com o seu papel de força auxiliar na transformação histórica da escola e da sociedade. (VASCONCELOS, 2006, p. 169).

De acordo com Veiga (2009),

Compreender em profundidade os problemas postos pela prática pedagógica passa a ser uma exigência da gestão democrática. Nesse sentido, ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo do trabalho pelos profissionais. (VEIGA, 2009, p.166)

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p. 19).

Entende-se que o envolvimento da comunidade deve ser fundamentado na democracia e na participação.

A democracia é dinâmica e está em permanente construção e a participação torna óbvia a partilha do poder. A participação requer compromisso com o Projeto Político Pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente. A participação é um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro. Participar consiste em colaborar. (VEIGA, 2009, p. 167).

Para tanto, a referida escola conta com instâncias colegiadas, entre elas, o Colegiado Escolar, Caixa Escolar, Conselho de Classe e Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar. No entanto, nota-se que a participação efetiva da comunidade, principalmente no que diz respeito à presença nas reuniões e convocações, ainda são insatisfatórias. Incorporar a família no processo de execução e reestruturação do Projeto Político Pedagógico requer compromisso social, ou seja, deve-se romper com a visão da escola como lugar de transmissão de conhecimentos, historicamente apresentado.

Vale ressaltar que a escola em questão promove a participação da comunidade em eventos organizados ao final dos referidos projetos, reuniões de pais e mestres, etc. Contudo, as discussões de ordem político-pedagógica que estruturam e fundamentam o Projeto Político Pedagógico são insuficientes.

De acordo com Padilha (2003), para tornar possível a realização do Projeto Político Pedagógico, é preciso pensar em estratégias que reconheçam esse momento como uma festa da escola cidadã, ou seja, como um momento que permite uma leitura de mundo no sentido de conhecer a realidade local e intervir de forma democrática e participativa. Para efetivação desse processo, Padilha (2003, p. 25) sugere os seguintes passos:

1. Discutir com a comunidade escolar o significado dessa festa.
2. Constituir uma comissão que organize e coordene esse processo na escola, em sintonia com os outros colegiados escolares.
3. Criar espaços para que toda a comunidade escolar possa decidir sobre como será a festa em todas as suas dimensões.
4. Definir responsabilidades, atribuições, cronograma das ações e oferecer formação aos membros da Comissão da Festa para melhor qualificar a sua atuação na mesma.
5. Socializar a experiência na própria escola com outras escolas e ampliar essa troca em relação ao nível interescolar, municipal, etc.
6. Ampliar a comunicação na escola e dar retorno permanente à comunidade escolar sobre o resultado dos trabalhos e das atividades desenvolvidos, inserindo-a na avaliação dialógica desse processo.
7. Analisar e interpretar permanentemente os resultados parciais da leitura do mundo, especialmente nas suas dimensões social, política, ambiental, econômica, enfim, cultural, realizando a transposição do resultado desse trabalho para o marco referencial do PPP da escola, no qual se registram a visão de mundo da comunidade escolar, suas utopias e seus sonhos de uma escola melhor.
8. Atualizar o direcionamento do olhar em relação a determinados enfoques e dimensões que se deseja pesquisar e/ou aprofundar, tornando a festa um evento permanentemente atualizado em suas linguagens e atividades.

Para Veiga (2008), a avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, buscar explicar e compreender criticamente as causas da existência dos problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas. Para que o Projeto Político Pedagógico seja eficaz é necessário que o mesmo passe por constantes avaliações.

Um Projeto Político Pedagógico não finaliza-se na construção, ao contrário, é necessário reavaliar, revigorar, replanejar, redescobrir as questões de cunho pedagógico, administrativo e financeiro. Deve-se atentar às condições reais que a escola possui e o que é possível ser feito do Projeto Político Pedagógico, visando curto, médio e longo prazo. Reconhecer o que é preciso e possível de realizar na escola é um grande desafio. Para isso, é necessária a participação de toda comunidade escolar.

É oportuno destacar que a participação colegiada reunindo pais, corpo docente, comunidade escolar e a comunidade local propicia um momento de (re) avaliação das ações estabelecidas, portanto, o resultado deste processo será sempre um passo em busca de aperfeiçoamento. (BIÁZZIO e LIMA, 2009, p. 7).

Alternativas que visem à participação de todos os membros devem ser avaliadas, como declaram Longhi e Bento (2006):

Atualmente, vivemos num corre-corre diário e, muitas vezes, os encontros presenciais com todos os integrantes na construção do Projeto Político Pedagógico não são possíveis. Para viabilizar a participação de tantos agentes diferentes, a equipe articuladora poderá utilizar-se de diferentes recursos. Logicamente que assembleias gerais, com a participação de um número expressivo de participantes enriquecem o debate, porém não se deve inviabilizar o projeto tendo em vista a impossibilidade de reunir todos. Ressaltando mais uma vez a questão da motivação, o primeiro ponto é a equipe festejar os presentes e não lamentar os ausentes. O segundo ponto é encontrar meios de fazer com que essa participação ocorra com mais agentes. (LONGHI e BENTO, 2006, p. 177).

Compreende-se que para um ensino/aprendizagem de qualidade, a escola deve priorizar o diálogo coletivo.

É preciso transformar a vida da aula e da escola de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação... Apenas vivendo de forma democrática na escola pode se aprender a viver, a sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências de coletividade. (PÉREZ GÓMEZ, 2000, p. 26).

Percebeu-se, no processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola mencionada que a participação coletiva absoluta não foi efetiva. Houve uma participação parcial, em que um pequeno grupo liderou para que o documento fosse estabelecido. Compreende-se que, muitas vezes, as pessoas, têm receio em posicionar-se, e então, opta-se por desconsiderá-lo. Gadotti (2000) coloca que um dos fatores decisivos no êxito de um projeto é a “adesão voluntária e consciente ao projeto; todos precisam estar envolvidos; a corresponsabilidade” (GADOTTI, 2000, p. 38). Vasconcellos complementa dizendo que “O problema é que o Projeto Educativo só consegue ser um referencial para a caminhada se os sujeitos da comunidade o reconhecerem como tal, ou seja, se identificarem-se com ele, fato muito difícil de

acontecer quando não participaram decisivamente da elaboração” (VASCONCELLOS, 2005, p. 151).

Para que o projeto elaborado seja contemplado, devem-se verificar os avanços alcançados, as dificuldades que ocorreram e os novos desafios a serem atingidos. Para tal, avaliações precisam ser realizadas, em que a participação de toda comunidade escolar é imprescindível. Gadotti (2000) refere-se ao “controle e avaliação do projeto: um projeto que não pressupõe constante avaliação não consegue saber se seus objetivos estão sendo atingidos” (GADOTTI, 2000, p. 38). No entanto, observa-se que, muitas vezes, no que diz respeito à realização e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola “Despertar o Saber”, a falta de participação efetiva de representantes de diferentes segmentos permanece, desqualificando assim, o ensino e a aprendizagem. Entende-se que um Projeto Político Pedagógico participativo se justifica e se constitui em um processo de gestão democrática.

A existência de um Projeto Político Pedagógico não é o fundamental, mas sim a sua concepção. Recomenda-se que para uma real construção e realização do Projeto Político Pedagógico, este deva ser compartilhado, questionado, revisado, alterado, sendo assim um documento flexível, em que as decisões precisam ser democratizadas e o processo de avaliação deva ser uma prática coletiva constante.

Neste contexto, concorda-se com Freitas et al. (2004):

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. (FREITAS et al., 2004, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico tem se mostrado um documento orientador do trabalho na escola, na busca por uma qualidade do ensino/aprendizagem. Todavia, o sucesso está vinculado à gestão democrática, onde a participação coletiva para sua construção, execução e avaliação são essenciais. No entanto, não é uma tarefa

simples, visto que, pressupõe o envolvimento de toda comunidade escolar, assim são muitas ideias e concepções. Além disso, as escolas apresentam-se destituídas de um espaço democrático. Cabe à escola incentivar a atuação da comunidade no processo de encaminhamento e tomada de decisões.

A gestão democrática deve compreender as áreas administrativa, pedagógica e a financeira da escola, apresentando alternativas viáveis para concretizar o Projeto Político Pedagógico. Neste contexto, devem-se atentar às especificidades do local em que a escola está inserida. É preciso considerar a realidade local e o momento para que seja significativo. “Quando vemos escolas fazendo projeto “porque o MEC está a exigir”, é claro que não podemos esperar muito diante deste risco de manipulação. Por outro lado, quando a escola despertou para a necessidade de se definir, de construir coletivamente sua identidade e de se organizar para concretizá-la, então o projeto pode ser um importante instrumento de luta e, inclusive, de denúncia, no caso de omissão da mantenedora” (VASCONCELLOS, 2005, p. 173).

Diante do Projeto Político Pedagógico proposto, percebe-se que, muitas vezes, não são desenvolvidos processos democráticos, no que diz respeito à sua elaboração, realização e avaliação, principalmente no que se refere à participação extra-escolar, dificultando a concretização de uma gestão democrática participativa.

Cabe ressaltar a necessidade de que todos envolvidos estejam conscientes como cidadãos, para que assim, a democracia seja exercida. É preciso que se edifiquem os espaços para o diálogo, onde todos devem se comprometer, promovendo, desta forma, um trabalho coletivo, em que a qualidade do ensino/aprendizagem é o propósito fundamental.

REFERÊNCIAS

BIÁZZIO, S. C. F. de; LIMA, P. G. A participação da família no projeto político pedagógico da escola. **Educere et Educare – Revista de Educação**, Cascavel, v. 4, n. 7, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LONGHI, S. R. P.; BENTO, K. L. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Blumenau, v. 3, n. 9, 2006.

PADILHA, P. R. Caminho para uma escola cidadã mais bela prazerosa e aprendente. **Pátio**, Porto Alegre, n. 25, 2003.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

VASCONCELOS, C. dos S. Projeto Político-Pedagógico: Conceito e metodologia de elaboração. In: VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior**: projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 24 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, 2009.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER**

**ANA LUISA GONTIJO
EMANUEL TEODORO RODRIGUES
JOÃO RENATO SOUZA CINTRA
MICHELLY APARECIDA ANDRADE**

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	06
2.1.1. Alimentação Escolar	07
2.1.2. Funcionário com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros.....	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	11
3. CURRÍCULO.....	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
7. AVALIAÇÃO	25
7.1. Avaliação de Desempenho dos Profissionais	27
7.2. Avaliação Institucional.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, nos artigos 12, 13 e 14, estabelece que, as Unidades Escolares brasileiras deverão, desde elaborar seu Projeto Político Pedagógico, como também, possibilitar a participação dos professores e de toda comunidade escolar nessa construção:

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Com essa premissa, a legislação educacional brasileira impõe rumos democráticos para a educação, realçando o papel dos educadores e da comunidade escolar como um todo, na construção de uma nova escola. Essa construção, deve então, levar em consideração a realidade local, deixando os saberes mais próximos dos sujeitos envolvidos no processo. Dourado et al. (2006), corrobora com essa idéia, quando diz sobre o Projeto Político-Pedagógico:

[...] O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. Nesse sentido, o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e de um novo sentido, mediatizado por forças internas e externas, visando atingir os objetivos esperados e englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos (DOURADO et al., 2006, p.77).

A Escola Municipal “Despertar o Saber”, localizada na região central de Divinópolis/MG, tem como um dos objetivos, consolidar a implantação do processo democrático para os seus 320 alunos. A escola atende a Educação Infantil, a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua comunidade escolar é bem diversificada, e exige muito esforço para que a democracia seja executada, uma vez que, são muitos pontos de vista diferentes, e todos precisam ter voz e voto nas decisões.

A construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente é um passo extraordinário para essa dinâmica democrática. Ela traz consigo um movimento envolvente e capaz de mobilizar os sujeitos em torno da educação de qualidade. Não é fácil, mas é necessário, e justamente por saber que a qualidade está na diversidade de idéias e opiniões, que a equipe da Escola Municipal “Despertar o Saber” optou em “arregaçar as mangas” e realizar essa empreitada, rumo à qualidade da educação local.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Envolvida pela ordem pós-industrial e pela lógica do mercado de trabalho, além de afetada pela intensa globalização junto aos quase onipresentes veículos de comunicação e informação, a instituição escolar se encontra em situação delicada e crucial. Encontra-se, sobretudo, num momento que demanda da própria escola, relações mais estreitas com seu meio, do local ao mundial. [...] “Crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informação, o que reforça a necessidade de planejar as aulas com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e desejam saber” (RIBEIRO e KALOUSTIAN, 2005, p. 25).

Percebe-se que a escola tem sido desafiada constantemente a assumir a função de espaço criador de condições que possibilitem a socialização e a produção do saber entre educadores e educando. É primordial repensar a prática pedagógica, considerando as novas respostas da escola para a realidade atual, ou seja, é preciso refletir processos, estratégias e a metodologia do fazer pedagógico, recuperando o papel que os professores assumem da tarefa de ensinar, prevista no artigo 13, inciso III, LDB 9394/96 “[...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]” (BRASIL, 1996). A escola, a

partir dos docentes, toma consciência de que, para educar já não basta à mera e anterior transmissão de conhecimentos livrescos, pelo contrário, passa a ter um papel de formadora de cidadãos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a escola deve instrumentalizar crianças e adolescentes para o processo democrático e deve construir um ambiente socializador que mediante o respeito às diferenças sócio-econômicas e culturais e sua valorização, contribuirá para o desenvolvimento da identidade pessoal. Para isso, a relação professor-aluno deixa de ser via de mão única para construir uma relação de troca, sendo que, os alunos também se tornam protagonistas da produção do saber.

Adquirem-se também consciência, disposições e sensibilidade que comandam relações e comportamentos sociais do sujeito e estruturam sua personalidade. (SANTOS e MOREIRA, 1995, p. 50).

Para além da sala de aula, a escola busca criar vínculos com a comunidade e seu entorno. Para tanto, faz das circunstâncias locais, tanto culturais quanto sócio-econômicas, seu objeto de ensino como está no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990: “[...] No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente. [...]” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, devem-se organizar eventos para atrair e criar intimidade com os sujeitos envolvidos despertando uma condição de pertencimento e partícipes de todo o processo escolar. A escola tem como finalidade atender o disposto nas, Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, ministrando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

[...] Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

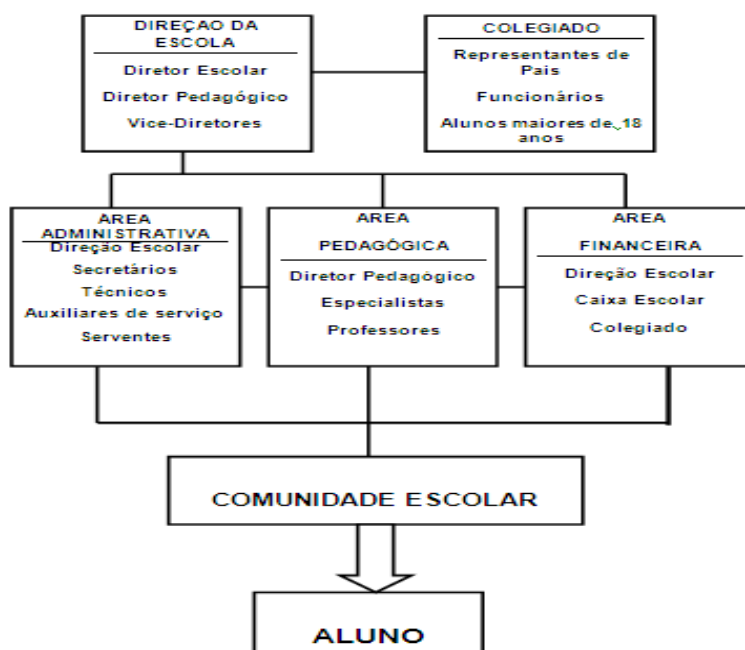
Esta escola tem como finalidade, garantir o direito dos alunos ao conhecimento sistemático e desenvolvimento da cidadania, oferecendo um aprendizado de qualidade para que aperfeiçoe as capacidades que permitam a eles intervir na realidade para transformá-la.

Uma compreensão mais aprofundada da idéia de uma escola de qualidade não pode perder de vista o nível do espaço social, ou melhor, a dimensão sócio-econômica e cultural, uma vez que, o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social. (DOURADO, et al., 2007, p.13).

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

“[...] h) A estrutura e as características da instituição são aspectos que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem [...]” (CONAE, 2010, p. 48). A escola é uma instituição que funciona a partir de duas estruturas que são imprescindíveis para um atendimento de qualidade, a estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica. A primeira trata dos assuntos administrativos/funcionais da escola e, a segunda, foca seu trabalho na administração das ações pedagógicas do espaço escolar. Ambas estão entrelaçadas, mas cada qual com suas especificidades.

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa



Entende-se por estrutura administrativa, toda a sua organização, incluindo a arquitetura do prédio, os recursos humanos, financeiros, espaço físico e todos os equipamentos e mobiliários pertencentes à própria. Nossa escola funciona em um prédio inadequado, pois não foi projetado para esse fim. Temos 07 salas de aula consideravelmente pequenas, onde em turnos diferenciados atendemos a Educação Infantil, 1º e 2º períodos, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a EJA - Educação de Jovens e Adultos, totalizando 320 alunos.

O atendimento da escola se torna restrito, pois impossibilita mobiliar e equipar as salas adequadamente a cada nível. Segundo Dourado et al. (2007), dentre algumas condições mínimas que impactam a oferta de ensino de qualidade estão:

[...] a) existência de salas de aulas compatíveis às atividades e a clientela; b) ambiente escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade, etc.;

c) equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades escolares;

d) biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo [...]”; (DOURADO et al., 2007, p. 18).

2.1.1. Alimentação Escolar

A alimentação escolar é fornecida pelo Governo Federal, complementada pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, que mantém uma equipe específica, composta por técnicos e nutricionista que têm como finalidade, a elaboração dos cardápios balanceados, orientação e acompanhamento em parceria com a direção da escola. A escola segue as orientações repassadas, buscando oferecer uma alimentação de qualidade para todos os alunos, conforme legislação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além disso, é de responsabilidade da escola, a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, permeando o currículo escolar, abordando o tema alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

A merenda é servida na sala de aula pelo professor regente, pois não temos refeitório. O recreio acontece em dois tempos, uma vez que não disponibilizamos de espaço físico suficiente. Para ministrar as aulas de educação física, a escola fez uma parceria com os responsáveis por um espaço vizinho, conhecido como "Parque da Ilha", onde os alunos realizam suas atividades físicas duas vezes por semana, acompanhados pelo professor de educação física.

A psicomotricidade acontece todos os dias em espaços pequenos e horários alternados, o que dificulta o uso de equipamentos específicos para tais atividades. Transformamos um pequeno auditório em uma biblioteca, onde os alunos fazem empréstimos de livros e assistem as estórias. Este mesmo espaço é utilizado como sala de vídeo, eventuais apresentações artísticas e reuniões junto aos funcionários, pais e alunos. O atendimento da sala de recurso já é uma realidade em nossa escola, que conta com equipamentos didáticos e paradidáticos adquiridos com recurso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

A qualidade da educação é definida envolvendo a relação materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem da criança. (UNESCO, 2003, p.12).

2.1.2. Funcionários com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros

Sabe-se que, todo processo demanda investimentos nos materiais didáticos pedagógicos, equipamentos para o bom funcionamento da secretaria e de todos espaços que compõem a escola. Neste sentido, para a sua manutenção e bom funcionamento contamos com os recursos advindos do Governo Federal, Estadual e Municipal. O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) é repassado uma vez durante o ano letivo e, seu repasse, é calculado de acordo com o número de alunos registrados no Censo Escolar.

Diretor	01
Vice-Diretor	02
Diretor Pedagógico	01
Especialistas	02
Professores Regentes	18
Professor de Educação Física	02
Professores de Ensino Religioso	01
Professores Eventuais	02
Professores para AEE	01
Prof. c/ Laudo Médico (secretaria)	01
Professor de laudo na biblioteca	01
Técnico Escolar	03
Ajudante de Serviços Gerais I	01
Ajudante de Serviços Gerais II	06
Servente Escolar c/ Laudo Médico	01

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Banheiro de Alunos	04	Bom
Banheiro de Funcionários	02	Bom
Cozinha	01	Bom
Despensa	01	Bom
Laboratório de Informática	01	Inativo
Auditório: biblioteca/multimeios	01	Bom
Sala da direção	01	Bom
Sala de Aula	07	Razoável
Sala de Supervisão	01	Bom
Sala do AEE	01	Bom
Secretaria	01	Bom
EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Caixa de Som	01	Bom
DVD	01	Bom
Máquina de Xerox	02	Bom
Máquina Fotográfica	01	Bom
Micro Sistem	07	Bom
Data Show	02	Bom
Microfone com fio	02	Bom
Microfone sem fio	01	Bom
TV	01	Bom
Computadores	12	Bom
Vídeo Cassete	01	Bom

Em nossa escola investimos anualmente 70% em capital e 30% em custeio. Este percentual foi discutido junto com o Colegiado, representantes do Caixa Escolar, alunos, pais e profissionais em assembleia e, lavrado em ata. A aplicação da verba é feita após o levantamento das prioridades junto aos funcionários e comunidade escolar, incluindo alunos maiores que 16 anos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é depositado em três parcelas anuais e essa verba é destinada apenas ao material de custeio e manutenção geral.

A escola também conta com o (FUNDEB) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Contudo, estes recursos, não são suficientes. Neste sentido, durante todo o ano letivo, realizamos alguns eventos junto à comunidade para angariar fundos para investir em equipamentos e incrementar alguns projetos e atividades pedagógicas. É inegável que, a escola bem equipada proporciona condições para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino aprendizagem.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Considera-se fundamental identificar as crenças e valores que nortearão o cumprimento das finalidades básicas desta instituição; uma vez que, esses princípios constituem o ponto de partida para a proposta de trabalho a ser realizada. Faz-se necessário analisar a atual conjuntura social, política e econômica da sociedade em que vivemos. Segundo Freitas (2000):

No Brasil de hoje, a incivilidade cresceu demais, a pobreza cresceu demais, a imoralidade cresceu demais, as favelas cresceram demais, a violência cresceu demais, a riqueza concentrou-se demais, o desgoverno cresceu demais. Nesse mesmo cenário, acréscimo, a população escolar cresceu demais e as autoridades competentes descuidaram-se demais das providências necessárias a garantir a todas as crianças e a todos os jovens um ensino de qualidade. (FREITAS, 2000, p.5).

Atualmente, a equipe de profissionais da escola é composta por 01 diretor administrativo, 01 diretor pedagógico, 02 vice-diretoras, 02 supervisoras, 01 auxiliar de secretaria, 18 professores, 01 técnico escolar, 02 ajudantes de

serviços gerais, 03 cuidadoras, 01 bibliotecária e 08 serventes escolares. Acredita-se em um trabalho pedagógico integrado, onde as ações sejam compartilhadas por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Neste ano de 2013, a escola oferece no turno matutino, Educação Infantil de 4 anos e 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. No vespertino, Educação Infantil de 5 anos e 1º ano do Ensino Fundamental. E, no noturno, 1 turma do 1º segmento e 3 turmas do 2º segmento do projeto EJA, perfazendo um total de 13 turmas.

Para garantir o desenvolvimento de ações educativas que priorizem a criatividade, a experimentação e o senso de liberdade, duas vezes por semana, acontece o encontro de duplas de professores do ensino fundamental com a diretora pedagógica e/ou supervisora para planejarem e discutirem sobre questões relativas ao desempenho dos alunos. Presentemente, os alunos estão tendo aulas especializadas com os professores de Educação Física e Ensino Religioso. “[...] Especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas” (CURY, 2005, p 9).

TURMAS			MATUTINO	VESPERTINO	Nº DE ALUNOS
		Educação Infantil - 4 anos	01	01	37
Educação Básica		Educação Infantil - 5 anos	01	03	63
	Ens. Fundamental	1º Ano – 5/6 anos	-	02	40
		2º Ano – 7/8 anos	02	-	41
		3º Ano – 8/9 anos	03	-	47
	Total		07	06	228
EJA				NOTURNO	Nº DE ALUNOS
		1º segmento			17
		2º segmento			78
	Total				95

Quanto ao planejamento dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo de 50 minutos semanal para que os mesmos, juntamente com a supervisora e diretora pedagógica, possam planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos. No projeto experimental, EJA, professores, diretora pedagógica, vice-diretora, coordenadores do projeto se reúnem as sextas-feiras para planejarem e trocarem experiências vividas no decorrer da semana.

A escola desenvolve suas ações educativas pautadas num processo de ensino/aprendizagem abrangente que envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e psicomotora e conta com a pedagogia de projetos. Cada ano de escolaridade trabalha um tipo de projeto, o mesmo é escolhido conforme a demanda, a necessidade, o interesse e curiosidade da faixa etária dos alunos.

A escola desenvolve também os seguintes projetos que atendem toda a escola: Projeto "Minha Cidade Lê", que é uma proposta da rede municipal de ensino de Divinópolis, que tem como objetivo formar educando leitores. Projeto "Semana de Valorização da Cultura Afro-Brasileira", que conta com apresentações artísticas, visitas, vídeos etc., e finaliza com um concurso de desenhos, frases e poesias, conforme a faixa etária. Projeto "Música e Poesia", com palco livre que desperta nas nossas crianças os dons artísticos, para que se socializem e fiquem menos inibidas. Projeto "Apoio Pedagógico e Mobilidade", que tem como objetivo principal, melhorar o desempenho dos nossos alunos, e atender as especificidades dos grupos de alunos na sala de aula, acontece com a ajuda do eventual, o professor regente, supervisor e diretor pedagógico. Neste último projeto, os responsáveis analisam os resultados obtidos na avaliação diagnóstica e elaboram o PIP da turma que busca criar estratégias diferenciadas de trabalho, visando uma melhor compreensão das dificuldades apresentadas.

No final de cada projeto acontece a culminância do mesmo, oportunidade de trazermos as famílias para dentro da escola, pois sabemos que quando a escola e a família caminham juntas em busca de suas próprias responsabilidades, elas podem organizar-se para agir. Com isso, o desafio da escola passa a ser o de favorecer a confiança nos pais, para expressarem suas idéias, sentimentos e expectativas num diálogo aberto. Num espírito de

colaboração mútua, responsabilidade e de disponibilidade, fundamenta-se a relação escola-família, fica claro na Constituição Federal de 1988 que:

Art. 205. [...] “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

A equipe de profissionais da escola acredita que, somente através de incentivos e inovações, conseguiremos uma escola de qualidade. Procuraremos ampliar nossos conhecimentos pedagógicos dentro dos planejamentos coletivos semanais e, nos dias escolares, buscaremos também articulações com o Centro de Referência dos Profissionais da Educação (CRPE), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e outros, para uma melhor compreensão dos processos educativos, tendo como principal objetivo cumprir o que diz a de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, em seu artigo 12:

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

3. CURRÍCULO

De acordo com o senso comum, currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, não é neutro, não é estático e não deve se dar de forma fragmentada, nem hierárquica, ele deve viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

Currículo é uma construção social do conhecimento e tem a função de atender as necessidades e realidades a qual a escola está inserida, ele deve contribuir para o desenvolvimento integral do aluno construtor do seu próprio conhecimento, capaz de alcançar progressivos graus de autonomia frente às motivações de seu ambiente, devendo assim, ser respeitada sempre.

O processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1994, p. 33).

A escola desenvolve um trabalho pedagógico integrado, onde as ações compartilhadas permitem a construção coletiva do conhecimento e atendem a necessidade do aluno e realidade da comunidade a qual esta introduzida. Segue a grade curricular montada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) (Anexo B). A mesma atende aos pré-requisitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96):

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Os eixos norteadores do trabalho estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Na Educação Infantil, o eixo de trabalho está dividido em:

- Identidade e Autonomia
- Movimento
- Música
- Artes Visuais
- Linguagem Oral e Escrita
- Natureza e Sociedade
- Matemática

Nos anos iniciais:

- Língua Portuguesa
- Matemática
- História
- Geografia
- Ciências
- Artes

- Literatura Infantil
- Psicomotricidade

Na Educação Infantil e no 1º ano, o professor fará suas intervenções e desenvolverá os conteúdos observando o nível psicogenético que a criança e o grupo se encontram. Nos anos posteriores, os professores ficarão atentos às questões do sistema da escrita fazendo suas intervenções e desenvolvendo os conteúdos, observando as regras ortográficas.

No que diz respeito à divisão de turmas, é feita de forma heterogênea, os alunos são enturmados com seus pares de idade e níveis proximais de desenvolvimento e, os que apresentam maiores defasagens, recebem apoio do professor eventual que permanece na sala junto do professor regente. Os alunos de inclusão são enturmados, preferencialmente, com seus pares de idade, acompanhados por uma ajudante que fica na sala juntamente com o professor regente e, se necessário, são recebidos na sala de atendimento educacional especializado da Escola com o objetivo de dar suporte para o bom desenvolvimento dos mesmos. “Os currículos pautados nos princípios de Freire deveriam ter como eixo organizador as necessidades e as exigências da vida social, não as disciplinas tradicionais”. (MOREIRA, 2000, p.114)

Visto a importância de se discutir, pesquisar e planejar o currículo no aspecto escolar, a rede municipal de ensino de Divinópolis iniciou este ano, as reflexões sobre o mesmo. Tais reflexões acontecem nas unidades de ensino, nos dias escolares e nos planejamentos semanais que ocorrem entre professores e equipe pedagógica, nos momentos de aulas especializadas das crianças.

Em nossa escola, as reflexões tem sido de grande valia, estamos buscando opinião das famílias através de questionários, com o propósito de trazê-las para dentro da escola, pois quando discutimos o currículo, estamos falando da história de vida de nossas crianças. “À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade.” (DALBEN, 2000, p. 21).

A equipe de profissionais da escola tem o objetivo de fazer não só com que nosso currículo garanta o desenvolvimento de ações educativas, que envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e psicomotora, mas que também ultrapasse a sala de aula e viabilize de maneira coerente e consciente, práticas pedagógicas, respeitando o interesse e necessidades dos alunos, comunidade e educadores para crescermos juntos em uma mesma direção, pois ao assumir essa função, colocamos-nos como agente de mudanças, capaz de interferir de forma significativa na sociedade.

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de mudanças que vai do processo de mudança, que vai do processo de produção, as mais elaboradas formas estéticas. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e das múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2005, p.10).

4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

O Projeto Político Pedagógico desta instituição está comprometido com a educação de qualidade, portanto, faz-se necessário, pensar e organizar, da melhor maneira possível, o tempo e o espaço escolar, visto que, ambos são de suma importância para um bom desenvolvimento escolar. O espaço físico da escola não é de boa qualidade, funciona em um prédio emprestado de dois andares. Os espaços existentes não são adequados, as salas são pequenas, possui escadas e corredores estreitos. Há uma carência de espaço para recreação, sala de professores, biblioteca, refeitório, etc.

Mas é preciso lembrar que a escola é, por natureza, a instituição do aluno e para o aluno. Com todas as suas limitações, é a instituição onde o aluno é sempre a parte principal, onde seu lugar é um direito constitucional. Dependendo de sua proposta, pode vir a ser o local primordial de vida das crianças, onde estas se auto-reconheçam e sejam reconhecidas, onde seus direitos e deveres sejam acordados e respeitados, onde sejam, efetivamente, as protagonistas do processo educacional. (CAVALIERE, 2007, p.1031).

No primeiro andar, funcionam a secretaria juntamente com a sala de direção, um auditório que foi reestruturado e transformado em sala de vídeo, a biblioteca, que também é utilizada para recreação, sendo de fundamental importância para oferecer uma qualidade ao ensino, levando o conhecimento

de forma prazerosa e eficiente às nossas crianças. Possui um parquinho com 04 balanços, 02 escorregadores e 01 gira-gira, onde as crianças têm a oportunidade de trabalhar o corpo e, 03 salas de aula. As salas são pequenas, duas delas comportam 22 crianças e a outra 16 crianças. Somente duas salas possuem mobiliário para educação infantil, as mesmas dificultam um pouco a qualidade do trabalho prestado, visto que, as crianças necessitam de espaço para trabalhar o corpo. Próximo das salas têm 2 banheiros, que são utilizados pelas crianças.

No segundo andar, funcionam 04 salas de aula, duas que comportam 25 crianças e duas, 17 crianças. Todas as salas possuem mobiliário de ensino fundamental, sendo que, duas atendem a Educação Infantil, o que dificulta na aprendizagem. Possui um espaço externo que dá acesso à cozinha e a sala de supervisão/xerox, o qual, é utilizado como sala dos professores. A cozinha atende as necessidades da escola, possui uma despensa, onde são estocados os alimentos. Anexada à cozinha existe uma pequena área, utilizada para o recreio. Ao lado da cozinha, fica a sala de AEE, que atende aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento. É um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos adequados para atender as dificuldades específicas de cada criança.

Preocupados com o desenvolvimento e o bem estar das nossas crianças, a equipe da escola está sempre se reorganizando para aproveitar da melhor maneira possível, os poucos espaço dentro da escola. E, para garantir ações educativas que priorizam o senso de liberdade, buscamos parceria e utilizamos espaços fora da escola. “Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instituição escolar, um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças”. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022). Próximo à escola, localiza-se o “Parque da Ilha”, um espaço verde muito agradável com parquinho, quadra, pista de skate etc., apropriado para se trabalhar a psicomotricidade. Montamos um quadro de horário, em que cada turma desfruta desse espaço duas vezes por semana, por um período de 50 minutos.

A organização do tempo e do espaço escolar tem como objetivo coordenar e interagir no desenvolvimento do aluno e no ensino/aprendizagem

do processo pedagógico. A aprendizagem acontece conforme a modalidade: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Este ano de 2013, a escola está organizada da seguinte maneira: no turno matutino atende 02 turmas de Educação Infantil, 02 de 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; no vespertino atende 04 turmas de Educação Infantil e 02 de 1º ano do Ensino Fundamental e no noturno atende o EJA.

Na Educação Infantil e nos três anos iniciais do Ensino Fundamental, as atividades são organizadas dentro de uma carga horária anual de 833 horas e 20 minutos, distribuídas em 40 semanas, com uma carga horária diária de 4 horas e 30 minutos, incluindo o recreio. A escola segue o calendário escolar aprovado pela Secretaria Municipal da Educação (Anexo A). A EJA está organizada em 02 segmentos e tem a flexibilização do tempo escolar como princípio para garantir a inclusão. O 1º segmento tem a duração de no mínimo 01 ano, e corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O 2º segmento tem a duração de no mínimo 02 anos, e corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental.

A organização do tempo escolar em ciclos no Ensino Fundamental deve assegurar ao aluno a progressão continuada, considerando o seu desenvolvimento integral, ampliando o tempo de aprendizagem. Essa organização favorece o acompanhamento das diferenças individuais dos alunos, o trabalho coletivo do professor, a execução do currículo interdisciplinar e a avaliação com progressão continuada. A escola oferece também no turno da escolarização juntamente com o professor regente em sala de aula, o apoio do professor eventual. Outra estratégia de atendimento diferenciado é a mobilidade que acontece semanalmente no horário de escolarização do aluno, as crianças são enturmadas por níveis próximos de aprendizagem. Sobre essa implantação, o Estado de São Paulo (2000) indica textos oficiais que:

[...] Toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal; ou seja: respeito a seu ritmo de aprendizagem e a seu estilo cognitivo, bem como recursos para que interaja de modo profícuo com os conhecimentos. (SÃO PAULO, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 7-8).

O tempo escolar dos professores processa-se em forma de aulas, reuniões, planejamento, conselho de classe e dias escolares. Cada professor do ensino fundamental possui 04 horas/aula semanais para planejar atividades específicas para sua turma, de acordo com as matrizes curriculares e com os projetos desenvolvidos. O planejamento é feito por duplas que estão trabalhando com o mesmo ano de escolaridade e é acompanhado pela supervisora e diretora pedagógica. Os conselhos de classe são realizados de acordo com a necessidade ou ao final de cada período avaliativo. Há também, 09 dias escolares durante o ano, que atendem às questões pedagógicas e administrativas dessa unidade de ensino.

Quanto ao tempo dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo para planejamento de 50 minutos semanal, contando com o suporte do professor eventual, para que em duplas e, juntamente com a supervisora e diretora pedagógica, todos possam planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos.

Os professores da EJA se reúnem semanalmente com o grupo de professores de outras escolas que, da mesma forma, trabalham com EJA, para planejamento e trocas de experiências, conforme previsto no projeto específico dessa modalidade. Acreditamos que, através do planejamento e trocas de experiências, estamos garantindo a formação continuada e refletindo sobre nossas necessidades, dúvidas e anseios do processo de ensino/aprendizagem.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão democrática representa uma mudança de postura de um novo enfoque de organização das questões escolares, que passam a ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia, participação e responsabilidade compartilhada. (SÁ, 2008, p.11).

Partindo desse princípio, a escola assume junto a comunidade uma postura de co-responsáveis, participantes ativos em todas as instâncias. O processo de decisão passa por ações colegiadas onde visa cumprir as metas estabelecidas nas áreas, administrativa, financeira e pedagógica. “Liderança

em seu sentido democrático, não seja apenas uma coleção de indivíduos.” (GONÇALVES e CARMO 2001, p.42). Sendo assim, o Colegiado Escolar, o Caixa Escolar e o Conselho de Classe fazem parte dos Órgãos Colegiados da escola e, portanto, prestam assessoramento técnico-pedagógico e administrativo às atividades da escola.

Em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p 31).

O Colegiado Escolar é um órgão representativo da comunidade e tem, respeitadas as normas legais vigentes, função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes às gestões pedagógica, administrativa e financeira.

O Colegiado Escolar é presidido pelo Diretor Escolar e composto por representantes das seguintes categorias: Profissionais em exercício na escola, constituído dos segmentos: 03 Professores de Educação Básica, regente de turmas e de aulas (03 membros). Professor de Educação Básica exercendo outras funções, Especialista em Educação Básica e demais servidores (02 membros). Comunidade atendida pela escola, constituída dos segmentos: aluno regularmente matriculado e frequente do ensino fundamental com idade igual ou superior à 16 anos (02 membros) e pais ou responsável por aluno menor de 16 anos regularmente matriculado e frequente no ensino fundamental (02 membros).

Cada categoria é representada no Colegiado Escolar por 50% de seus membros: os membros do colegiado, titulares e suplentes, são escolhidos pela comunidade escolar, para exercerem mandato de 02 anos, mediante processo de eleição. O Colegiado Escolar é composto por 16 membros, entre titulares e suplentes.

O grande desafio é garantir a presença efetiva dos membros do Colegiado e Caixa escolar em nossa escola. Ainda se restringe em convocação para reunião, tendo como pauta a chegada da verba na escola, o levantamento

das prioridades para aplicação e, por fim a prestação de contas. “A participação consciente e responsável da comunidade escolar nos processos decisórios, em ações articuladas e conjuntas, é fundamental para que haja democracia ou tão apregoada gestão democrática na escola.” (SÁ, 2008, p. 15)

O Caixa Escolar é um órgão que tem como finalidade, organizar e manter em ordem a escrituração contábil e financeira da escola, prestando informações sobre a execução orçamentária e a movimentação de contas financeiras, fazendo licitações e previsão de consumo. O Caixa Escolar é composto pela diretoria e conselho fiscal. As reuniões acontecem periodicamente ou sempre que se faz necessário. A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e pressupõe a gestão colegiada. Neste sentido, o caixa escolar é de fundamental importância para o acompanhamento e monitoramento da aplicação dos recursos recebidos pela escola. Sendo necessário avaliar as prioridades e investir naquilo que efetivamente possa melhorar as condições de aprendizagem.

A Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar tem como função acompanhar diretamente o cumprimento do calendário escolar, bem como a carga horária do aluno. Esta comissão é formada pelo diretor escolar, um funcionário e um responsável pelo aluno.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (BRASIL, 1996).

Ao elaborar o calendário anual, a Comissão de Acompanhamento reconhece que, a escola é um espaço de direito e que tem como foco o aluno, devendo preservar e garantir o ensino/aprendizagem. Se houver eventual mudança no calendário deve ser comunicado à SEMED (Secretaria Municipal de Educação), via ofício com antecedência de 15 dias para à sua aprovação.

Gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o

conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2005, p.1).

O Conselho de Classe é formado pelo diretor, diretor pedagógico, especialistas e professores. Seu objetivo é levar toda a equipe envolvida com o ensino/aprendizagem a compreender como as questões sociais, afetivas e cognitivas afetam a aprendizagem dos alunos e diante disso propor caminhos e estratégias que possam contribuir. O Conselho se reúne, após o diagnóstico inicial, no sentido de avaliar e analisar o nível em que este aluno se encontra para definir a informação. Ao final de cada bimestre, o Conselho analisa não só a aprendizagem do aluno, mas também os recursos pedagógicos, os conteúdos, a metodologia, possibilitando a reavaliação da prática pedagógica. Ao final do ano letivo, a reunião do Conselho acontece, tendo em pauta a retenção ou aprovação dos alunos. Todos os encaminhamentos e decisões do Conselho de Classe são comunicados aos pais ou responsáveis durante a reunião com o professor regente.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

[...] o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos. (BORDIGNON e GRACINDO, 2002, p. 151-152).

Fundamentada em uma gestão democrática e compartilhada, a escola se organiza a partir de três eixos que têm como objetivo, garantir um ensino/aprendizagem de qualidade. São eles: a gestão pedagógica focalizada no ensino/aprendizagem, os recursos humanos que lidam com toda a comunidade escolar e administrativa, e ainda a parte física e burocrática da escola. Diante disso, a direção da escola tem como princípio, o respeito, a responsabilidade, o compromisso, a solidariedade, e acima de tudo a ética.

Intenciona e articula uma relação onde conta com a contribuição de todos os envolvidos no ambiente de cooperação e respeito mútuo.

Segundo Ferreira (1999), "Participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução" Ferreira (1999, p.11). Colocamos como meta, a mediação dos conflitos através do diálogo, da negociação e da descentralização do poder. Para que haja um efetivo compromisso com a escola, em todos os aspectos, aos iniciar o ano letivo, elaboramos junto com todo o corpo docente e funcionários as regras de boa convivência. Este processo é feito através de uma assembléia geral e registrado em ata. Com relação aos alunos, além das regras gerais, que diz respeito aos aspectos físicos e humanos, tais como: uso do uniforme, horário de entrada e saída, rotina diária, conservação da escola, é construído com os professores e a equipe pedagógica, os combinados da sala de aula. Propiciando assim, um exercício de cidadania, onde são contemplados, o respeito, a solidariedade, a justiça e a tolerância.

Os jogos também contribuem com a interiorização das regras, pois proporcionam oportunidades de elaboração, observação, execução e avaliação. Esta avaliação é feita através de registros e de uma roda de conversa. O Regimento Escolar é um documento que explicita o que é de direito, dever e as atribuições de todo os sujeitos envolvidos no âmbito escolar. Objetiva a elaboração de uma proposta para o bom desenvolvimento interno da escola e a articulação com a comunidade escolar. Os sistemas de ensino assegurarão às Unidades Escolares Públicas de Educação Básica, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A prática pedagógica, por sua vez, é configurada como um trabalho coletivo da instituição, fruto de seu projeto pedagógico, o que implica em todos os professores responsáveis pela formação do pedagogo deverão participar em diferentes níveis, da formação teórico-prática de seu aluno. (SOUZA, 2001, p. 234).

Nesse sentido, para assegurar um ensino de qualidade é necessário investir na formação continuada dos professores. Essa formação acontece em

parceria com empresas privadas e através do CRPE - Centro de Referência dos Profissionais da Educação e Setor interno da SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis. Os cursos acontecem em horários alternados. Quando o curso ocorre durante o expediente, a escola se organiza para favorecer a participação do profissional, tendo em vista a sua qualificação. Este ano, os professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, estão participando de um curso de formação continuada, através do Governo Federal, PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa), com encontros quinzenais, e atividades não presenciais. Percebe-se que, este curso já está tendo retorno positivo com relação a mudança da postura do professor.

7. AVALIAÇÃO

Avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino/aprendizagem. É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos. **“Avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhe foram propostos.” (SOUZA, 2005, p.17-22).**

O artigo 31 da LDB (1996) menciona que, a avaliação far-se-a mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Portanto, a avaliação é vista nesta escola como um processo permanente e contínuo, ela acontece em todos os momentos do trabalho pedagógico, é amplamente divulgado para os pais ou responsáveis, nas reuniões de pais e mestres que são realizadas bimestralmente.

Na Educação Infantil, a avaliação é realizada por meio de estratégias variadas, definidas pelo professor e pela equipe pedagógica, o registro final se dá por meio de uma ficha avaliativa que contempla os aspectos do desenvolvimento humano e por um relatório descritivo que é feito no diário de classe.

No Ensino Fundamental, a avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global do aluno do 1º ao 3º ano. O acompanhamento da avaliação diária do aluno é feita através atividades escritas e orais de trabalho individual ou em grupo, de pesquisa, auto-avaliação, provas e outros. Para o registro final do desempenho do aluno, a escola utiliza um relatório no diário de classe e um boletim escolar, onde são apresentados os conceitos: A – Alcançou com êxito os objetivos de estudo; B – Alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo; C – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

Quanto às avaliações externas, é importante ressaltar que, a equipe pedagógica da escola está consciente que tem uma meta a alcançar no que se refere à obtenção de um melhor resultado nas próximas avaliações do SIMAVE/PROALFA, aplicada para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, durante os anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Para tanto, estamos investindo nos estudos dos cadernos Matrizes Curriculares, bem como, na formação continuada dos profissionais, na seleção de algumas competências e habilidades em leitura e escrita, que não estão sendo suficientemente enfatizadas na escola, nas alternativas pedagógicas; além da reflexão constante da prática educativa.

No que se refere à avaliação do Projeto Experimental da Educação de Jovens e Adultos, esta deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, sistemático e flexível. O processo de verificação do ensino/aprendizagem no Projeto se dá por meio dos seguintes instrumentos integrantes de uma Pasta de Avaliação Individual: avaliações diagnósticas; avaliações qualitativas das produções do educando: textos, pesquisas, trabalhos individuais e coletivos, além das observações dos professores; avaliação coletiva dos envolvidos no Projeto; auto-avaliação; ficha descritiva individual. Esta avaliação contribui, portanto, para ajudar a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico, e não apenas para verificar se eles foram ou não alcançados.

A avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como

referências os princípios e as finalidades estabelecidas no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1995, p.25).

Assim, a avaliação deve ser um processo que tem como objetivo a reflexão dos movimentos educativos efetuados. O educando avalia a si próprio e a experiência pedagógica vivenciada. Os professores, através do processo de avaliação, refletem sobre a sua própria prática pedagógica. Nesse processo, todo o coletivo da unidade escolar avalia o projeto pedagógico. “Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 38).

7.1. Avaliação de Desempenho dos Profissionais

A avaliação dos profissionais da educação acontece a cada três anos como previsto no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) (1995), com um acréscimo de 5% em seu salário base.

Para a efetivação desta avaliação, é formada uma comissão composta pelo diretor, vice-diretor e mais dois funcionários efetivos que trabalhem no mesmo turno. Primeiramente, o profissional faz a sua auto-avaliação e, posteriormente, a comissão o avalia tendo como tópicos, a assiduidade, a pontualidade, responsabilidade, cooperação, iniciativa.

Para os funcionários que estão no período probatório, a avaliação acontece ao final de cada ano completo de exercício, seguindo os mesmos itens avaliados dos demais. Por ser um espaço dinâmico que lida com seres humanos sujeitos em formação e propício de erros, algumas vezes se faz necessário uma avaliação interna. Esta avaliação acontece com a participação do diretor, equipe pedagógica e do funcionário em questão. Visa oportunizar uma mudança de postura nas relações interpessoais e na sua conduta. Diante de algum conflito há uma conversa informal e havendo incidência, registra-se em ata.

O desafio a ser enfrentado é difundir a possibilidade de transformação da cultura avaliativa dominante, que se pauta pelo individualismo e competição, com vistas à construção de processo e

relações de trabalho que se pautem pela abertura, cooperação e confiança. (SOUSA, 1999, p.6).

7.2. Avaliação Institucional

A avaliação deve ser vista como parte intrínseca de um processo dinâmico de construção permanente. Neste sentido ao final de cada semestre a escola promove uma avaliação sistemática com a participação de todos os funcionários.

A avaliação institucional dá um grande suporte á gestão da escola, na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas uma ferramenta a serviço de levantar dados para planejamento e monitoramento das ações escolares. (SOUZA, 2005, p. 3).

A equipe diretiva e pedagógica elabora um questionário onde contempla os itens pertinentes à organização geral da escola tanto pedagógica, quanto administrativa. A partir daí, faz-se um compilado das decisões e em seguida os encaminhamentos para possíveis mudanças. Esta avaliação analisa os avanços obtidos (com ênfase no processo ensino/aprendizagem) e as metas que já foram alcançadas, contribuindo para o redimensionamento do projeto da escola em busca de novos caminhos, investindo em mudanças significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Projeto Político Pedagógico requer o envolvimento e o comprometimento de toda comunidade escolar: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo. E, é justamente aí que está o gargalo mais estreito para a construção desse documento, pois, promover a participação de todos não é tarefa fácil. Para lograr êxito, torna-se necessário articular estratégias de envolvimento que alcancem o maior número de pessoas possível. A prioridade é a presença física nas reuniões, mas na impossibilidade de comparecimento, a escola deve permitir inclusive, a participação por meio de questionários, caixa de sugestões e outros mecanismos não presenciais.

[...] a construção do Projeto Político Pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. (VEIGA, 1998, p.6)

Mas o esforço vale a pena, pois, os ganhos começam com o processo de construção. As discussões, os embates de ideias. A apresentação da visão do outro, os *feedbacks*, enfim, toda a movimentação democrática, fortalece e muito o coletivo escolar. As pessoas envolvidas no processo começam a entender as funções, dificuldades e avanços de umas das outras, com isso, o reconhecimento e as parcerias ganham mais força. A realidade escolar começa a aparecer de maneira clara e sem rodeios, e as ferramentas democráticas se fazem necessárias na hora de por em prática a dinâmica da igualdade de voz e voto, todos tem direitos iguais.

Muito ainda precisa ser conquistado, o caminho é longo, com muitas curvas e cheio de surpresas, mas o mais importante é saber que a escola escolheu o caminho certo. A discussão coletiva e o esforço para alcançá-la, vai além de pensar soluções para os problemas da unidade escolar, ela é um *modus operandi* didático, em que os sujeitos aprendem o processo através do próprio processo. A escola ganha, os alunos ganham, os funcionários ganham, e a comunidade escolar coloca sua marca na construção da sua escola. Não é fácil, mas é um movimento necessário, todos estão aprendendo muito nesse processo.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Escola Plural**. Belo Horizonte: SME, 1994.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: município e escola. In: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069/90. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

CURY, C. R. J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Escola de gestores (texto digitado). 2005.

DALBEN, A. (Coord.). Avaliação da implementação do Projeto Político Pedagógico Escola Plural. Belo Horizonte: UFMG/ FAE/Game, 2000.

DOURADO, L. F.; NAVARRO, I. P.; WITTMANN, L. C.; AGUIAR, M. A. da S. GRACINDO, R. V. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: MEC/INEP, 2007.

FERREIRA, R. (Coord.). **Construindo a Educação na Cidade de Camaragibe**. Camaragibe: Secretaria de Educação, 1999.

FREITAS, J. **O Brasil chafurdado**. Folha de São Paulo, 23 de abril, 2000.

GONÇALVES, J. dos S.; CARMO, R. S. do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Licenciamento em Pedagogia – Administração Escolar) – Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração: Navarro, I. P.; Wittmann, L. C.; Dourado, L. F. Aguiar, M. A. da S.; Gracindo, R. V. Brasília: MEC/SEB, 2004.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 109-138, 2000.

RIBEIRO, V. M. KALOUSTIAN, S. (Coord.) **Indicadores da qualidade na educação**. Brasília: INEP, 2005.

SÁ, A. L. C. de. **O papel do gestor escolar frente aos novos desafios da contemporaneidade**. 2010. 49p. Monografia (Especialização em Administração e Supervisão Escolar) – Instituto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, L. L. C. P., MOREIRA, A. F. Questões de seleção e de organização do conhecimento. **Idéias**, São Paulo, n. 26, p.47-65, 1995.

SÃO PAULO, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **A organização do ensino na rede estadual**: orientação para as escolas. São Paulo: SEE, 2000.

SOUSA, S. M. Avaliação da Aprendizagem na Escola de 1º grau: legislação, teoria e prática. 1995. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

SOUSA, S. M. Z. L. **Avaliação institucional**: elementos para discussão. Escola de Gestores. Brasília: MEC/SEB, 1999.

UNESCO. Proyecto Regional de Indicadores Educativos. **Alcanzando las metas educativas**: Informe Regional. Santiago de Chile, 2003.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

CALENDÁRIO - 2013 - Ensino Fundamental																												
Escola Municipal "Professor Darcy Ribeiro																												
JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL							
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	
1	2	3	4	5	6	7	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	
8	9	10	11	12	13	14	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	
15	16	17	18	19	20	21	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	
22	23	24	25	26	27	28	24	25	26	27	28	29	30	24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					
Escolar: 00	Letivo: 00						Escolar: 01	Letivo: 16						31	Escolar: 01	Letivo: 18						Escolar: 01	Letivo: 21					
MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO							
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	11	12	13	14	15	16	17	
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	18	19	20	21	22	23	24	
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	25	26	27	28	29	30	31	
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				Escolar: 02	Letivo: 17						
Escolar: 00	Letivo: 21						30	Escolar: 01	Letivo: 19						Escolar: 00	Letivo: 15						Escolar: 02	Letivo: 17					
SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO							
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	
1	2	3	4	5	6	7	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	
8	9	10	11	12	13	14	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	
15	16	17	18	19	20	21	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	
22	23	24	25	26	27	28	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30						
29	30						Escolar: 00	Letivo: 18						Escolar: 01	Letivo: 20						Escolar: 01	Letivo: 14						
Escolar: 02	Letivo: 21						Escolar: 00	Letivo: 18						Escolar: 01	Letivo: 20						Escolar: 01	Letivo: 14						
LEGENDA																												
	Início e término do ano escolar				Férias				Dia Letivo Integrador				Dia Nacional da Consciência Negra - Lei. 10.639/03															
	Início e término do ano letivo				Dia Escolar				Eleição de Diretores																			
	Recessos e feriados																											
< 1º SEMESTRE >				< 2º SEMESTRE >				TOTAL GERAL																				
Dias Escolares		Dias Letivos		Dias Escolares		Dias Letivos		Dias Escolares		Dias Letivos		Dias Escolares		Dias Letivos														
04		110		05		90		09		200																		
Assinatura/Carimbo Diretor(a)				Assinatura Dinâmica Escolar				Carimbo da Escola Divinópolis, 28/12/2012																				

ANEXO B

PLANO CURRICULAR - 2013					
Projeto Experimental Educação de Jovens e Adultos - EJA					
Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro					
Endereço: Rua Lincoln Machado, 59 - Centro - Cep: 35500-089					
Município - Divinópolis/MG					
		Indicadores Fixos		1º Segmento	2º Segmento
		Dias Letivos Anuais		160	320
		Semanas Letivas Anuais		40	80
		Módulo Aula		1h 30min	1h 30min
		Dias Semanais		04	04
		Carga Horária Presencial		533:20	1066:40
		Carga Horária Não Presencial		336:40	533:20
		Recreio Diário		20min	20min
		Duração do Turno		3h 20min	3h 20min
		Carga Horária Total		870:00	1600:00
Base Nacional Comum	Conteúdos Curriculares	1º Segmento		2º Segmento	
		CHA Presencial	CHA N. Presencial	CHA Presencial	CHA N. Presencial
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa - Artes	180:00	336:40	300:00	533:20
	Ciências Matemática Geografia História	180:00		360:00	
		173:20		346:40	
Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna: Inglês	-		60:00	
Total		533:20	336:40	1066:40	533:20

Observações:

- 1- A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia - (Lei Federal nº 11045/2008).
- 2 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todos os conteúdos curriculares (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 3 - A Educação Ambiental permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Federal nº 9795/1999).
- 4 - A Educação Fiscal permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Municipal nº 6526/2007)

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) ESCOLAR

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013								
ENSINO FUNDAMENTAL								
Escola Municipal: Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro				Endereço: Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro				
Município: Divinópolis/MG								
Dias Letivos Anuais: 200				Carga Horária Anual: 833h e 20 min				
Semanas Letivas Anuais: 40				Duração do Turno: 04h e 30 min				
Módulo Aula: 50 minutos				Recreio diário: 20 min				
Dias Semanais: 05								
Áreas de Conhecimento	ANOS INICIAIS							
	Ciclo da Alfabetização							
	1º Ano		2º Ano		3º Ano			
	AS	CH	AS	CH	AS	CH		
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	06	200 h	06	200 h	06	200 h	200 h
	Matemática	06	168h40min	06	168h40min	06	168h40min	168h40min
	Geografia	03	100h	03	100h	03	100h	100h
	História	03	100h	03	100h	03	100h	100h
	Ciências	02	66h40min	02	66h40min	02	66h40min	66h40min
	Educação Física	02	66h40min	02	66h40min	02	66h40min	66h40min
	Arte	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
	Ensino Religioso	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
	Psicomotricidade	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
	Literatura Infantil	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min	33h20min
Parte Diversificada								
Total	25	833h20min	25	833h20min	25	833h20min	833h20min	

Observações:

- 1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 2 - A Educação Ambiental permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 9795/1999).
- 3 - A Educação Fiscal permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Municipal nº 6526/2007).
- 4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia (Lei Federal nº 11045/2008).

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013							
EDUCAÇÃO INFANTIL							
Escola Municipal : Escola Municipal "Professor Darcy Ribeiro							
Endereço: Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro							
Município - Divinópolis/MG							
Eixos de Trabalho	1º Período			2º Período			
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	
Formação Psicológica e Social/Conhecimento de Mundo	Identidade e Autonomia	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Movimento	3	120	100 h	3	120	100 h
	Música	3	120	100 h	3	120	100 h
	Artes Visuais	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Linguagem Oral e Escrita	6	240	200 h	6	240	200 h
	Natureza e Sociedade	3	120	100 h	3	120	100 h
	Matemática	6	240	200 h	6	240	200 h
	TOTAL	25	1000	833 h 20 min	25	1000	833 h 20 min
	Recreio	-	-	66 h 40 min	-	-	66 h 40 min

Legenda: AS: Aulas Semanais / MA: Módulos Anuais / CHA: Carga Horária Anual

- A Educação Ambiental será integrada ao eixo de Trabalho Natureza e Sociedade (Lei nº 9795/09).
A Educação Fiscal permeará todos os eixos de trabalho. (Lei Municipal nº 6526/2007)

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) DA ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

INDICADORES FIXOS

Dias Letivos Anuais:	200
Semanas Letivas Anuais:	40
Carga Horária Anual:	833 h 20 min
Duração do Turno:	4 h 30 min
Duração do Recreio:	20 min
Módulo Aula:	50 min

